

MEMÓRIAS DO 11 DE SETEMBRO DE 2001: OS DISCURSOS DE BUSH E O PRENÚNCIO DA INVASÃO AO AFEGANISTÃO

MEMORIES OF SEPTEMBER 11, 2001: BUSH'S SPEECHES AND THE FORESHADOWING OF
THE INVASION TO AFGHANISTAN

MEMORIAS DEL 11 DE SEPTIEMBRE DE 2001: LOS DISCURSOS DE BUSH Y LA
PREUNUNCIACIÓN DE LA INVASIÓN AL AFGANISTÁN

Ramon Trindade Pellegrini¹
Felipe Eduardo Ferreira Marta²

Resumo

O recorte histórico do artigo corresponde as primeiras semanas após os ataques em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América. Antes, porém, fez-se um breve histórico anterior ao fato, localizando-o em seu devido tempo e espaço. Posteriormente, captou-se como a política externa norte-americana, por meio das versões oficiais, geriu a memória dos fatos moldando os suspeitos dos atentados ao grupo islâmico-fundamentalista, denominado Al Qaeda, impactando diretamente às relações internacionais. Dessa perspectiva, percebe-se que a Guerra ao Terror teve como um dos objetivos imediatos polarizar o mundo. Crê-se que isto só foi possível mediante difusão da ideia do “bem” (EUA e seus aliados) contra o “mal” (terroristas e seus aliados), que serviu, por exemplo, para justificar invasões posteriores ao Afeganistão. Tenta-se comprovar esta hipótese valendo-se da investigação aos pronunciamentos do então presidente George W. Bush, fontes disponibilizadas virtualmente pela Casa Branca. Destaca-se ainda as informações recolhidas em mídias impressas à época, maiormente, o Jornal do Brasil. Enfim, o presente artigo trata em investigar e analisar este período singular na história do tempo presente.

Palavras-chave: Gestão de memória; 11 de setembro; Relações internacionais.

Abstract

The historical cut of the article corresponds to the first weeks after the attacks on September 11, 2001 in the United States of America. Before, however, a brief history prior to the fact was made, locating it in its due time and space. Later, it was captured how the American foreign policy, through the official versions, managed the memory of the facts shaping the suspects of the attacks to the Islamist-fundamentalist group, denominated Al Qaeda, directly affecting the international relations. From this perspective, it is perceived that the War on Terror had as one of the immediate objectives to polarize the world. It is believed that this was only possible by spreading the idea of "good" (US and its allies) against "evil" (terrorists and their allies), which served, for example, to justify post-Afghanistan invasions. It tries to prove this hypothesis using the investigation to the pronouncements of the then President George W. Bush, sources virtually made available by the

¹Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

² Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Pós-doutorado pela Virginia Polytechnic Institute and State University (Virginia Tech/USA). Docente permanente no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade do Estadual do Sudoeste da Bahia.

White House. It is also worth noting the information gathered in print media at the time, mainly *Jornal do Brasil*. Finally, the present article deals with investigating and analyzing this singular period in the history of the present time.

Keywords: Memory management; September 11; International relations

Resumen

El corte histórico del artículo corresponde a las primeras semanas posteriores a los atentados del 11 de septiembre de 2001 en los Estados Unidos de América. Antes, sin embargo, se hizo una breve historia previa al hecho, ubicándolo en su debido tiempo y espacio. Posteriormente, se capturó cómo la política exterior estadounidense, a través de las versiones oficiales, manejó la memoria de los hechos que configuraron a los sospechosos de los atentados al grupo islamista-fundamentalista, denominado Al Qaeda, afectando directamente las relaciones internacionales. Desde esta perspectiva, se percibe que la Guerra contra el Terrorismo tenía como uno de los objetivos inmediatos polarizar el mundo. Se cree que esto solo fue posible difundiendo la idea del "bien" (EE.UU. y sus aliados) contra el "mal" (terroristas y sus aliados), lo que sirvió, por ejemplo, para justificar las invasiones post-Afganistán. Se intenta probar esta hipótesis utilizando la investigación a los pronunciamientos del entonces presidente George W. Bush, fuentes virtualmente puestas a disposición por la Casa Blanca. También cabe destacar la información recopilada en los medios impresos en ese momento, principalmente *Jornal do Brasil*. Finalmente, el presente artículo trata de investigar y analizar este singular período de la historia de la actualidad.

Keywords: Gestión de la memoria; 11 de septiembre; Relaciones Internacionales.

Adentrando ao tema: memória, esquecimento e recorte histórico

Somos feitos de memórias, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, estando em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 14). O ato de lembrar é cotidiano, sobretudo, pela necessidade diária que se tem de se conectar às referências e às experiências passadas, para traduzir o presente, daí que “la vida cotidiana está constituída fundamentalmente por rotinas y comportamientos habituales, no reflexivos, aprendidos y repetidos” (JELÍN, 2012, p. 59). Essas atitudes rotineiras citadas por Jelín percorrem moda, saudações, língua, gestos corporais, entretenimentos, dentre outros fatores tão comuns, que raramente passam por uma análise mais profunda, além do que se rememora e do que se reproduz.

A partir do século XIX, a memória ganhou amplitude conceitual e vem despertando interesse por estudos multidisciplinares e multifocais em toda Ciência. Genericamente, pode ser entendida como acesso ao passado, a partir do conjunto de funções psíquicas que compõe a faculdade mental do indivíduo, propiciando conservar, organizar e esquecer informações transcorridas em determinado tempo e espaço. Maurice

Halbwachs (1990) foi um dos primeiros teóricos a relacionar a memória com o meio social. De acordo com sua teoria, toda recordação é coletiva.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Nessa perspectiva, toda memória individual parte de uma referência coletiva, constituída no interior de um grupo e mantida por laços afetivos. O ser biopsíquico é, indistintamente coletivo, sujeito social. Essas lembranças que identificam o indivíduo como membro de determinada sociedade são memórias produzidas e reproduzidas no bojo das relações humanas e se fortalecem através dos grupos particulares (família, escola, religião, nação, por exemplo) que exercem influência direta no ato individual de lembrar. Para Halbwachs (1990, p. 28), “da mesma maneira que é preciso introduzir um germe num meio saturado para que ele cristalize, da mesma forma [...] é preciso trazer uma semente de rememoração (exterior/coletiva), para que ele (memória) se transforme em uma massa consistente de lembranças”.

A “semente de rememoração”, exterior e coletiva, integra e impacta as memórias. O conjunto de recordações concebidas pelos grupos sociais constitui o que Halbwachs (1990) definiu por “memória social”, que corresponde à base da memória nacional. Segundo Pollack (1989, p.3), “na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais definida de um grupo e a memória nacional é a forma mais completa de uma memória coletiva”. Contudo, à visão halbwachiana sobre memória social não acentua o caráter seletivo, uniformizador e conflituoso da memória nacional, posto que essa visão regulamenta o que é lembrado e o que é esquecido, na versão oficial da memória coletiva. Nas memórias nacionais, os agentes estatais têm o papel relevante de oficializar as versões unilaterais do passado, ocorrência que Pollack (1989) caracteriza como sendo um “enquadramento da memória”, ou seja, uma forma autoritária e tendenciosa de selecionar o que e como devem ser rememorados os fatos sociais. Jelín (2012, p.21) responde para que servem as memórias oficiais:

Son intentos más o menos conscientes de definir y reforzar sentimientos de pertenencia, que apuntan a mantener la cohesión social y a defender fronteras simbólicas [...] Al mismo tiempo, proporcionan los puntos de referencia para ‘encuadrar’ las memorias de grupos y sectores dentro de cada contexto nacional.

A memória oficial dos fatos que compõem uma nação é ditada de acordo com interesses particulares de determinados grupos político-econômicos dominantes, que criam e recriam convenções sociais, a partir da gestão do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido. Nesse enquadramento da memória coletiva nacional, a produção de esquecimentos é inevitável, principalmente se forem consideradas as versões deturpadas dos fatos passados e os mecanismos de ocultação da realidade, por meio da seleção do que deve ser rememorado ou posto no ostracismo.

Ansara e Dantas (2015, p. 12), citando Johann Michel (2010), são mais específicas e delimitam categorias de esquecimentos, dentre as quais destaca-se o “esquecimento-manipulação”, que “ é ativo, voluntário, assume uma forma institucionalizada e caracteriza-se pela utilização de instrumentos públicos para se comandar o esquecimento”. Para isso, é necessário recorrer “a procedimentos formais, legislativos e regulatórios, para garantir a elaboração e a circulação de uma memória oficial [...] impregnada das ideologias dominantes, que manipulam o passado”. Não se negam os esquecimentos voluntários e conscientes, mas também são inegáveis as estratégias para distorção e deliberada seleção da memória a fim de enquadrar e reproduzir, de acordo com interesses particulares, uma visão unilateral acerca dos eventos experienciados e dos esquecidos.

Paralelamente ao entendimento desses mecanismos de esquecimentos conduzidos, é necessário que se busque entender que as lembranças não partem de pessoas isoladas, mas da interpretação do passado a partir de um contexto específico. Sobre isso, Halbwachs (1990, p.71) afirmou que, “a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado, com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. Significa que o passado não pode ser resgatado em sua inteireza porque é construído e reconstruído a partir das indagações e respostas feitas no presente.

Bergson (1999), Jelín (2012) e Ochoa (2005) também entenderam o ato de lembrar como um movimento dinâmico, seguindo o ritmo das necessidades e das indagações feitas na realidade vigente. Na visão de Bergson, “a nossa memória está sempre presente. Não corresponde a uma regressão do presente ao passado; ao contrário: é o progresso do passado no presente” (BERGSON, 1999, p. 369). A memória é um processo de construção/reconstrução do passado, a partir das vicissitudes do presente, pois “contiene y construye la experiencia pasada y las expectativas futuras. La experiencia es un “pasado presente, cuyos acontecimientos han sido incorporados y pueden ser recordados” (KOSELLECK, 1993, p.338 *apud* JELIN, 2012, p. 46). Para Mauricio Ochoa (2005, p. 9), “el estudio de la memoria [é] el estudio de la forma en que se lee, crea y recrea el pasado en cada tiempo presente”. Fica evidente, a partir desses posicionamentos, que as memórias coletivas são interpretadas e ressignificadas continuamente a partir das singularidades e dos interesses, que partem do presente para o passado.

Nessa viagem “do hoje para o ontem” ocorre o que Ansara e Dantas (2015, p. 10) citando Paul Ricouer (2003) argumentam, “em nome da legitimação, da justificação e da normalização do poder estabelecido, há uma manipulação da memória, construída por meio das narrativas oficiais da história autorizada [...] constituindo-se como uma forma de imposição do esquecimento”; o que significa, no enquadramento dos fatos que compõem a memória nacional e são lembradas no presente, que há sempre “o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável” (POLLACK, 1989, p.8). O silêncio torna-se um instrumento de ocultação, que serve a interesses e possibilita modelar a memória coletiva oficial da nação com objetivo de transformar este conjunto selecionado de memórias em verdades institucionalizadas, versão majoritária das memórias sociais. Desse modo, essa memória opera através de ideologias dominantes, que respaldam sua legitimidade e buscam reproduzir o mito da totalidade harmônica e uniforme, em defesa dos interesses comuns. Porém, como serve a intuítos particulares, a memória oficial não é confiável, pois modela, gera e estabelece um regime sobre a verdade que se pauta na versão unilateral de alguns fatos, em detrimentos de outros, conduzidos por um sistema de termos, personagens, lugares e ações que formatam a versão que impera como memória nacional.

Depois do breve arcabouço teórico acerca da memória, passa-se ao recorte analisado: os atentados do dia 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos da

América. Marcante na história do século XXI, os leitores que vivenciaram essa data emblemática, possivelmente, não se esqueceram das cenas de terror sofridas pelos EUA, a primeira vez em séculos de história. Uma tragédia chocante, pelas cenas dos aviões comerciais sendo lançados em símbolos dos poderes econômico (Torres Gêmeas) e militar (Pentágono) do país. O impacto daquele dia foi potencializado, sobretudo, por ter sido captado e difundido com riqueza de detalhes pela mídia mundial.

Após os ataques as estruturas das *Twin Towers* e da Inteligência norte-americana, Estados de todos os continentes se viram enredados em uma trama sombria de implicações que perduram até hoje: a luta a ferro e fogo do Ocidente, encabeçada pelos Estados Unidos, contra um inimigo denominado terrorismo internacional. Desde então, o planeta vive os desdobramentos da empreitada que já vitimou milhares de pessoas, sobretudo na região do Oriente Médio, difundida como espaço principal para as bases dos grupos terroristas.

Após os atentados, as justificativas para o revanchismo norte-americano estavam repletas de ideologias, que privilegiavam a memória oficial dos acontecimentos, difundida planetariamente, principalmente pelo presidente, tais como: Império do Mal, Justiça Infinita, Liberdade Duradoura, Guerra ao Terror. Para Ianni (2004, p. 272), esses jargões “são emblemas com os quais se estabelecem e se restabelecem, intensificam-se e generalizam-se os ideais e as práticas, os fins e os meios com os quais a diplomacia norte-americana põe em ação a geopolítica da supremacia”.

Os conceitos produzidos pelas falas de Bush foram previamente pensados, ensaiados e possuíam objetivo claro: polarizar o mundo entre os que estavam do lado do “bem” (EUA) ou dos terroristas. Por isso, o Império do Mal simboliza os inimigos dos EUA; a Guerra ao Terror, o combate aos mesmos e tudo isto partindo de uma suposta Justiça Infinita, ou seja, para todo o mundo, a fim de alcançar a Liberdade Duradoura. De acordo com Santos (2020), ao analisar as palavras de um ponto de vista técnico,

[...] todo discurso é produzido na mobilização de dois eixos: o da constituição – interdiscurso – e o da formulação – intradiscurso. O interdiscurso é o conjunto de discursos existentes sobre dado dizer, está no âmbito da memória e possibilita e determina o intradiscurso – essa memória discursiva é filtrada pela ideologia do sujeito discursivo. O intradiscurso diz respeito ao que está sendo dito no momento dado e nas condições dadas.

Nesse sentido, o interdiscurso e o intradiscurso ditos por George Bush potencializaram uma memória discursiva que “ao ser repetida, de acordo com suas condições de produção, vai produzir um efeito de memória que atualiza, transforma, nega, silencia ou rompe com enunciados já ditos” (SANTOS, p. 6, 2020). Além disso, a posição de poder ocupado por quem fala é suma relevância, pois os sentidos das palavras são fundamentados “no entrelaçamento de aspectos referentes ao acontecimento e às posições assumidas pelo sujeito no interior desse acontecimento” (SANTOS, p. 6, 2020). Significa que quando evocou lembranças do dia 11 de setembro Bush o fez do lugar de quem liderava a maior potência mundial, difundindo a memória oficial (seletiva) dos fatos.

Nesse contexto, o *establishment* norte-americano passou a reforçar o unilateralismo de sua política externa, pautado na expansão do combate ao terrorismo internacional, a partir da polarização maniqueísta do mundo entre aliados e inimigos. Define-se por polarização, dentro desse contexto, a exacerbação dos antagonismos de dois polos determinados, alicerçados em conceitos fechados e generalizantes, por exemplo: “bem” ou “mal”, “certo” ou “errado”, positivo ou negativo, “tudo isso impregnado das ideias de [...] “pecado”, “castigo” e “redenção”, ou “Armagedon” e “Civilização” (IANNI, 2004, p. 273). Essas concepções foram transmitidas pelo então presidente George W. Bush e se tornaram fundamentais para a construção da ideologia do terror, que abalizou as investidas em outras partes do mundo, naquele tempo e nos anos seguintes – mesmo o terrorismo sendo um conceito flexível, mutável e sem definição homogênea.

Diante desse complexo cenário, analisa-se a invasão estadunidense ao Afeganistão, que ocorreu em resposta ao ocorrido em 11 de setembro de 2001. Fez-se essa investigação a partir de documentos oficiais encontrados no *Selected Speeches of President George W. Bush (2001-2008)*³, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2001. As fontes correspondem aos discursos verbais de Bush, transcritos e arquivados no sítio virtual da Casa Branca, e trazem os pronunciamentos do então presidente norte-americano na íntegra.

³Disponível em: whitehouse.archives.gov. Acesso em 10 de maio de 2019.

Para essa investigação estamos em consonância com o que definiu a professora e pesquisador Antônia de Jesus dos Santos (p. 5, 2020): “seguindo os postulados da Análise do Discurso de orientação pecheutiana (AD), a linguagem não é transparente, ela só adquire sentido no interior das formações discursivas e ideológicas em que os discursos são produzidos”. Por esse viés, o sentido dos discursos do presidente Bush reafirmou a polarização do “bem contra o mal”, evocado no sentimento nacional a partir da memória discursiva sobre os ataques.

O poder das palavras e as relações internacionais até a invasão ao Afeganistão (2001)

No seu primeiro pronunciamento, após as colisões, em 11 de setembro de 2001, Bush começou a rememorar os acontecimentos daquela terça-feira do terror e a denunciar que o país fora agredido porque representava o “mais brilhante farol da liberdade e da oportunidade no mundo”⁴. Também advertiu que a “própria liberdade foi atacada em uma série de atos terroristas deliberados e mortais”⁵ (BUSH, 2001, p. 57, tradução nossa). No mesmo discurso, fez questão de evocar a memória nacional da fundação dos EUA na tentativa de unir os cidadãos norte-americanos em torno de premissas que apontavam os estadunidenses como defensores da “liberdade e de tudo o que é bom e justo em nosso mundo”⁶. Desse modo, deixou claro: “os ataques terroristas podem abalar as fundações dos nossos maiores edifícios, mas eles não podem tocar a fundação da América”⁷ (BUSH, 2001, p. 57, tradução nossa).

Nesse pronunciamento, também foi evidenciado um dos conceitos-chave da política externa de George Bush, “a guerra contra o terrorismo”⁸ (BUSH, 2001, p. 58, tradução nossa), sobre a qual, diplomaticamente, todos os governos deveriam se posicionar. Ao final do pronunciamento, advertiu que seu país não ficaria indiferente às

⁴ “*brightest beacon for freedom and opportunity in the world*”

⁵ “*our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts*”.

⁶ “*freedom and all that is good and just in our world*”.

⁷ “*Terrorist attacks can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foundation of America*”.

⁸ “*the war against terrorism*”.

agressões sofridas. Ao contrário, apontou que seguiria em frente para “defender a liberdade e tudo o que é bom e justo em nosso mundo”⁹ (BUSH, 2001, p. 58, tradução nossa). Foram pouco mais de seis minutos de exposição, mas o impacto das palavras do representante máximo da potência mundial ecoou pelo mundo.

Em outro discurso, três dias após a tragédia, ratificou a responsabilidade dos EUA com a história: “responder a esses ataques e livrar o mundo do mal”¹⁰ (BUSH, 2001, p. 59). Nessas afirmativas, são claras as tentativas de conduzir as lembranças, ainda traumáticas, sofridas pelo povo como justificativa para um contra-ataque, em prol do suposto bem comum, argumentação recorrente, naqueles primeiros momentos, nos discursos de Bush.

Na mesma exposição, proferida no dia 14 de setembro de 2001, Bush atentou para as qualidades do povo norte-americano naquele momento de estupor nacional, aferindo que até o mundo reconhecia os estadunidenses como “generosos e bondosos, talentosos e corajosos”, concluindo que o “caráter nacional” do país foi provado “em atos eloquentes de sacrifício”¹¹ (BUSH, 2001, p. 60, tradução nossa). Nesse trecho, está clara a intenção de Bush: vitimizar sua nação, ao apontar que o ataque foi desferido por serem os cidadãos norte-americanos bons e por defenderem a liberdade, uma versão necessária, para justificar seus intentos futuros, como a invasão afegã.

Em outro momento do mesmo discurso, George Bush (2001, p. 60-61, tradução nossa) rememorou o ex-presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, com o intuito de chamar atenção dos concidadãos para a “calorosa coragem da unidade nacional”¹². Apelou para sentimentos nacionalistas, a fim de convencer os cidadãos de que as atitudes subsequentes, que ele e seu *staff* estavam prestes a tomar, foram a partir do bem comum, mais uma vez. Na sequência, lembrou o motivo pelo qual seu país foi atacado, “Eles atacaram a América porque somos o lar e os defensores da liberdade”, destacando que “o compromisso de nosso país é agora a vocação do nosso tempo”¹³.

⁹ “to defend freedom and all that is good and just in our world”.

¹⁰ “to answer these attacks and rid the world of evil”.

¹¹ “In this trial, we have been reminded, and the world has seen, that our fellow Americans are generous and kind, resourceful and brave [...] we have seen our national character in eloquent acts of sacrifice”.

¹² “Today, we feel what Franklin Roosevelt called the warm courage of national unity”.

¹³ “They have attacked America, because we are freedom’s home and defender. And the commitment of our fathers is now the calling of our time”.

Bush não parou por aí, continuou o enquadramento da memória oficial dos fatos, apontando que “Em 11 de setembro, os inimigos da liberdade cometeram um ato de guerra contra o nosso país”¹⁴ (BUSH, 2001, p. 66, tradução nossa) e convocou todos os “países civilizados” a lutarem em prol dos EUA, “Esta é uma luta do mundo. Esta é uma luta da civilização. Esta é a luta de todos os que acreditam no progresso, pluralismo, tolerância e liberdade”¹⁵ (BUSH, 2001, p. 67, tradução nossa). Nesse fragmento é importante atentar que a luta entre a suposta “civilização” e os “inimigos da liberdade” foi um posicionamento crucial para tornar o terrorismo fundamentalista inimigo absoluto dos novos tempos para os norte-americanos e para o mundo.

A magnitude das declarações respaldou os EUA, para que conclamassem representantes majoritários da sociedade capitalista Ocidental a arremeter o mundo em uma Guerra ao Terror, adaptada ao discurso escatológico, no qual o “Ocidente cristão civilizado” se opôs ao “bárbaro Oriente islâmico”. Tal cruzada fundamentalista, acionada por Bush, foi em prol dos interesses de grupos particulares estadunidenses, mesmo aumentando drasticamente a possibilidade de um futuro obscuro para o planeta. Na visão de John Gray, na obra *Missa Negra* (2008, p. 57),

após os atentados terroristas de 11 de setembro a política americana assumiu contornos inequivocamente apocalípticos. Sustentando que os Estados Unidos eram ameaçados pelas forças do mal, Bush lançou uma campanha para erradicar o terrorismo em todo mundo. [...] Muitos dos teoconservadores que constituem a base de poder de George W. Bush esperam um fim promovido por intervenção divina. Encaram os conflitos mundiais – especialmente os que ocorrem em terras bíblicas – como prenúncio do Armagedon, uma batalha final da luta entre a luz e as trevas.

A estratégia para mascarar os reais objetivos norte-americanos, sobretudo, dos industriais bélicos e do ramo energético, foi o contraterrorismo. Alicerçados sobre a estratégia de minar focos de resistência e/ou a insurgência islâmica – por meio de títeres políticos –, a potência passou a arquitetar o controle da região da Ásia Central e do Oriente Médio. O que significava dominar também suas enormes jazidas de gás e petróleo. Por essa

¹⁴“On September the 11th, enemies of freedom committed an act of war against our country”.

¹⁵ “This is the world’s fight. This is civilization’s fight. This is the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom”.

perspectiva, a invasão do Afeganistão era de imenso valor para a política externa dos Estados Unidos. Na visão de Chossudovsky (2004, p. 37),

a intenção era estabelecer sua presença militar permanente no Afeganistão, país que tem uma posição estratégica, à medida que faz fronteira com a antiga União Soviética, com a China e com o Irã, além de estar no centro de cinco potências nucleares – Rússia, China, Índia, Paquistão e Kazaquistão. Assim, Bush aproveitou a oportunidade da “guerra contra o terrorismo” para estabelecer bases militares em várias ex-repúblicas soviéticas, incluindo o Uzbequistão, o Kazaquistão, o Quirguistão e o Tadjiquistão.

Inserido nesse cenário, o conceito de terrorismo, apesar de não possuir uma acepção isenta de ideologia, sendo marcado historicamente por contrassensos teóricos e conceituais de profundas discrepâncias, ganhou rótulo de ameaça à humanidade. Uma mensagem de alcance global, maiormente às nações ocidentais. O terrorismo que veio à tona pela versão oficial dos EUA, nos vinte dias após os ataques, se tratou de uma ideologia da política externa dos EUA com finalidade de nominar inimigos transnacionais, sejam indivíduos, organizações ou Estados. Na ótica estabelecida no pronunciamento de Bush, em 20 de setembro de 2001, ao Congresso estadunidense, o inimigo começou a ser caracterizado:

as evidências que reunimos ligam todos os pontos a um conjunto de organizações terroristas vagamente afiliadas, conhecido como al Qaeda. [...] Este grupo e seu líder – uma pessoa chamada Osama Bin Laden – estão ligadas a muitas outras organizações em diferentes países, incluindo a Jihad Islâmica Egípcia e do Movimento Islâmico do Uzbequistão. Há milhares desses terroristas em mais de 60 países. A liderança da al Qaeda tem grande influência no Afeganistão e apoia o regime Talibã no controle da maior parte do país. No Afeganistão, vemos a visão da Al Qaeda para o mundo¹⁶ (BUSH, 2001, p. 66-67, tradução nossa).

A designação de terrorismo contida nesse pronunciamento definiu os primeiros inimigos a serem combatidos: a Al Qaeda e seu principal líder, Osama Bin Laden, os quais o regime Talibã, no Afeganistão, foi acusado de abrigar. Contudo, quem eram esses

¹⁶“The evidence we have gathered all points to a collection of loosely affiliated terrorist organizations known as al Qaeda. [...] This group and its leader — a person named Osama bin Laden — are linked to many other organizations in different countries, including the Egyptian Islamic Jihad and the Islamic Movement of Uzbekistan. There are thousands of these terrorists in more than 60 countries. The leadership of al Qaeda has great influence in Afghanistan and supports the Taliban regime in controlling most of that country. In Afghanistan, we see al Qaeda’s vision for the world”.

personagens que vieram à cena naquele momento, mas já estavam em mais de sessenta países, como abordou Bush? O que defendiam? Quais suas motivações? Para se entenderem essas indagações, deve-se voltar um pouco no tempo. Mais precisamente na Guerra Afegã-Soviética (1979-1989).

Os mesmos fundamentalistas supramencionados formavam parcela considerável da resistência *mujaidin* na guerra do Afeganistão contra a União Soviética e foram patrocinados pelos EUA via ISI, a inteligência paquistanesa que trabalhava como mediadora entre Bin Laden e a CIA. Ao avaliar o contexto que levou os “guerreiros da liberdade”, como eram conhecidos, a lutarem contra a suposta invasão comunista, Michel Chossudovsky (2004, p. 13) analisa que,

durante e depois da guerra fria, a CIA – utilizando-se do aparato de inteligência militar do Paquistão (ISI) como intermediário – teve um papel destacado no treinamento dos *mujaidins*. Por sua vez, o treinamento das guerrilhas, estimulado pela CIA, incorporou os ensinamentos do islã.

Essas informações históricas não vieram à tona nos fatos citados por Bush no discurso supramencionado, antes foram legadas ao esquecimento. Somente após os atentados, as identidades dessas personagens começaram a ser consolidadas como as de inimigos. Os pronunciamentos de Bush foram fundamentais para esse fim, pois as opiniões objetivaram nominar sujeitos e Estados, principalmente no Oriente Médio e na Ásia Central. Suas declarações foram preponderantes na construção das justificativas às invasões militares no Afeganistão, ocorridas menos de um mês após os ataques.

Encontram-se nos discursos de Bush, anteriores à invasão afegã, mecanismos de demonização do muçulmano, como principal expoente do terrorismo internacional, acirrando o embate entre os cristãos ocidentais e os orientais islâmicos. Nas palavras do presidente, os terroristas do novo milênio eram adeptos do extremismo religioso e, nesse caso, os suspeitos se instalavam no Afeganistão.

Os terroristas praticam uma forma marginal do extremismo islâmico que [...] ordena matar cristãos e judeus, para matar todos os americanos, e não fazem distinção entre militares e civis, incluindo mulheres e crianças. [...] No

Afeganistão, vemos a visão da Al Qaeda para o mundo¹⁷ (BUSH, 2001, p. 66-67, tradução nossa).

Enquanto, para versão oficial, os EUA foram atacados por serem o “farol da liberdade”, nesse trecho fica explícito que o Afeganistão foi apresentado como território maculado pelos inimigos terroristas e seus aliados. Além dessa designação acerca dos terroristas, Bush pontuou as características singulares do novo embate, comparando-o a outros momentos de tensão na história nacional, aproveitando para reforçar a ideologia na qual o conceito de liberdade tornou-se sinônimo do seu país.

Os americanos conheceram guerras – mas nos últimos 136 anos, elas têm sido guerras em solo estrangeiro, com exceção de um domingo em 1941. Os americanos conheceram as vítimas das guerras – mas não no centro de uma grande cidade em uma manhã tranquila. Os americanos conheceram ataques surpresas – mas nunca antes de milhares de civis. Tudo isso foi trazido a nós em único dia – e a noite caiu sobre um mundo diferente, um mundo onde a própria liberdade está sob ataque¹⁸ (BUSH, 2001, p. 66, tradução nossa).

Essa linha de pensamento, declarada pelo governante norte-americano, demonstrava a forte tendência que houve nos primeiros meses após os ataques: a reconstrução do Islã como imagem invertida da cultura ocidental, de matiz cristã; e a particularidade histórica da Guerra ao Terror. Assinale-se que tais implicações foram cruciais à irrupção da campanha ideológica, mundialmente difundida após 11 de setembro de 2001, pautada na polarização entre os EUA cristão x terroristas islâmicos, base da memória oficial, que perdurou pelos anos seguintes.

Nesse sentido, as forças do “Bem” – leia-se, Estados Unidos e seus aliados – lutavam contra as forças do “Mal” que, a priori, representavam Osama Bin Laden, Al-Qaeda e o governo Talibã, uma Guerra Santa entre “nós”, o Ocidente cristão, e “eles”, o Oriente islâmico. Nos dois grupos estanques, Ocidentais (cristãos) x Orientais (muçulmanos), vê-se

¹⁷ “The terrorists practice a fringe form of Islamic extremism that [...] commands them to kill Christians and Jews, to kill all Americans, and make no distinction among military and civilians, including women and children. [...] In Afghanistan, we see al Qaeda’s vision for the world”.

¹⁸ Americans have known wars — but for the past 136 years, they have been wars on foreign soil, except for one Sunday in 1941. Americans have known the casualties of war — but not at the center of a great city on a peaceful morning. Americans have known surprise attacks — but never before on thousands of civilians. All of this was brought upon us in a single day — and night fell on a different world, a world where freedom itself is under attack.

um conflito bipolar e estigmatizado, no qual os EUA se impuseram como defensores da liberdade, agindo sempre pautados na memória oficial de que eram combatentes das ameaças que tentavam abalar as estruturas de um sistema harmônico, eliminando qualquer foco de contradição.

De acordo com Edward Said (2007, p. 59), a versão monofônica e ideológica da Guerra ao Terror, que voltava sua cortina de mísseis para o Afeganistão, apontava que “de um lado estão os ocidentais; do outro, os orientais; os primeiros são (sem nenhuma ordem em especial) racionais, pacíficos, liberais, lógicos, capazes de ter valores reais, sem desconfiança natural; os últimos não são nada disso”. Para o então presidente, os adversários da sua nação compuseram a própria encarnação do “Mal”, repletos de aspectos negativos, como violência, primitivismo, barbáries e, sobretudo, terrorismo.

A divisão da guerra, que estava prestes a se iniciar, em duas “forças” conflitantes também foi notória quando o presidente, evocando uma memória tendenciosa, comparou os supostos terroristas a Estados estigmatizados como males históricos: “Esses terroristas não matam apenas para acabar com vidas, mas para perturbar e acabar com um modo de vida [...] eles seguem no caminho do fascismo, do nazismo e do totalitarismo”¹⁹ (BUSH, 2001, p. 69, tradução nossa). Na visão desta pesquisa, ao traçar esse paralelo histórico, Bush tinha por finalidade exacerbar o nível de periculosidade com que estava lidando e sugerir que, tal qual os inimigos do século passado, os atuais deveriam ser combatidos, pois representavam ameaças iminentes ao modo de vida difundido pelos EUA. Mais uma vez, memórias oficiais de fatos passados foram evocadas como suporte para justificar o que estava por vir, o ataque ao Afeganistão.

Em outra circunstância, ao expor o perigo latente que o terrorismo fez pairar sobre o país e o mundo, o então presidente se apropriou mais uma vez do discurso de Roosevelt, que, 60 anos antes, denunciou o perigo da ameaça nazista na Europa. Nesse sentido, rememorou que o governante norte-americano advertiu que o Estado alemão havia deixado de ser um risco ou mera possibilidade, para se tornar o terror evidente para o

¹⁹ “These terrorists kill not merely to end lives, but to disrupt and end a way of life. [...] they follow in the path of fascism, and Nazism, and totalitarianism”.

mundo naquele momento, “Não só a partir de um inimigo militar, mas a partir de um inimigo de toda a lei, toda a liberdade, toda a moralidade, toda a religião”²⁰ (BUSH, 2001, p. 80, tradução nossa). O objetivo dessa alusão foi provar as similaridades entre os inimigos do governo Roosevelt na década de 40 do século XX e os terroristas do século XXI. Ao traçar essa equiparação, Bush não apenas eivou de características negativas os suspeitos dos ataques como justificou suas retaliações, afinal, na perspectiva oficial, estava lutando contra um “Mal” histórico e multifacetado, que tinha ressurgido em nova roupagem, em forma de terrorismo islâmico.

O presidente lembrou ao povo americano que Osama Bin Laden e Al Qaeda já haviam cometido outros atos igualmente criminosos contra os EUA. Nas palavras de George Bush (2001, p. 66, tradução nossa), “Eles são os mesmos assassinos indiciados por bombardear embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia, e responsáveis por bombardear o USS Cole”²¹. Cada uma dessas lembranças teve por finalidade consolidar a polarização do conflito mediante memórias oficiais, referentes a fatos anteriores, cuidadosamente selecionados e expostos nos discursos.

A partir dessa análise nos discursos de Bush, anteriores às invasões do Afeganistão, traça-se uma investigação, sobretudo no periódico *Jornal do Brasil*, a fim de se notarem os impactos dos seus pronunciamentos, como informações compartilhadas na rede de Estados mundial, pois a versão oficial norte-americana também se impôs como versão global. Bush moldou as características dos seus inimigos imediatos fundamentado em um enquadramento de memória, fruto do contexto posterior aos ataques, que foi se estabelecendo mundialmente a partir da polarização à Guerra ao Terror. A memória oficial acerca dos inimigos terroristas tornou-se sinônimo dos fundamentalistas islâmicos liderados por Osama Bin Laden e apoiados pelo regime Talibã, no Afeganistão.

Ao se examinar o Brasil, percebe-se que o então presidente Fernando Henrique Cardoso pronunciou, estarrecido, na ocasião dos ataques: “Isso é loucura. Pode ser a

²⁰ “Not only from a military enemy, but from an enemy of all law, all liberty, all morality, all religion”.

²¹ “They are the same murderers indicted for bombing American embassies in Tanzania and Kenya, and responsible for bombing the USS Cole”.

Terceira Guerra Mundial. A situação é gravíssima”²². Para FHC, os ataques foram os mais graves desde a Segunda Guerra Mundial. Na mesma perspectiva, o Itamaraty, responsável pelas Relações Exteriores e pela Defesa Nacional brasileira, também externou sua opinião:

o governo brasileiro condena com maior veemência os atos de terrorismo insano que foram praticados hoje em território dos EUA. O Brasil lamenta a perda de inúmeras vidas inocentes que foram ceifadas por essas ações criminosas que elevam a barbárie como forma de ação a níveis inimagináveis²³.

Se no Brasil as lideranças não tardaram em expor análises dos fatos ante aos discursos inflamados do governante norte-americano, não foi diferente em um dos lugares mais conflituosos do mundo. Em Gaza, na Palestina, Yasser Arafat, qualificou os ataques como “totalmente inaceitáveis”, expressando seus “pêsames ao povo americano, ao presidente Bush e ao seu governo, não apenas em [seu] nome, mas em nome do povo palestino²⁴”, concluindo que todos estavam estupefatos. As declarações de Arafat em apoio aos EUA demonstravam apreensão e era justificável, uma vez que o conflito entre Israel/Palestina poderia ser pressuposto para uma eventual intervenção militar, legitimada pelo combate a um território aliado dos supostos terroristas.

As tensões eram cada vez mais evidentes na Ásia Central e Oriente Médio, após 11 de setembro. As opiniões dos governantes mesclavam-se entre o apoio ao país ocidental – advindo, principalmente, dos aliados, Paquistão, Arábia Saudita, Líbano e Turquia – e a contestação às possíveis retaliações norte-americanas, como fizeram Irã e Iraque. Nesse contexto, a ofensiva em território afegão começou com a imposição de exigências feitas ao governo Talibã, que consistiram em

entregar para autoridades dos Estados Unidos todos os líderes da Al Qaeda que se escondem em suas terras. Soltar todos os estrangeiros, incluindo cidadãos americanos que vocês têm prendido injustamente. Proteja os jornalistas estrangeiros, diplomatas e trabalhadores humanitários no seu país. Fechar imediatamente e permanentemente todos os campos de treinamento de terroristas no Afeganistão e entregar todos os terroristas e cada pessoa em sua estrutura de apoio, às autoridades competentes. Dar aos Estados Unidos acesso completo aos campos de treinamento de terroristas, para que possamos ter

²²Disponível em: Jornal do Brasil, 12 de setembro 2001, p. 3. Acessado em 21 de agosto de 2014.

²³Idem. Acessado em 21 de agosto de 2014.

²⁴Disponível em: Folha de São Paulo, 12 de setembro, p. 4. Acessado em 17 de abril de 2014.

certeza de que eles já não estão mais funcionando²⁵ (BUSH, 2001, p. 67-68, tradução nossa).

Por meio das informações do *Jornal do Brasil*²⁶, após as exigências serem determinadas, o Departamento de Defesa dos EUA, por intermédio de Donald Rumsfeld, deslocou um contingente militar na ofensiva contra o terrorismo no Oriente Médio. Também destacou que a guerra iniciada seria longa, dando-lhe o nome de Operação Justiça Infinita – mais uma ideologia justificada pela memória oficial dos fatos. Nesse cenário, Rumsfeld deu ordens para que as tropas norte-americanas se posicionassem também em zonas estratégicas situadas próximas a países como Irã, Sudão, Síria, Líbia e Iraque.

No que concerne ao impacto das exigências apresentadas por Bush ao governo Talibã no Afeganistão, já havia uma mobilização articulada pelo Alto Conselho dos Ulemás (clérigos islâmicos), que sugeriu a saída voluntária de Osama Bin Laden do território afegão. A declaração final estabeleceu que, “para evitar o atual tumulto e também futuras suspeitas semelhantes, o Alto Conselho dos Ulemás recomenda que o Emirado Islâmico [afegão] convença Osama Bin Laden a deixar o Afeganistão assim que possível”²⁷. A reação do Estado americano não foi positiva, pois as medidas tomadas pelos Ulemás e acatadas pelos talibãs não eram suficientes em sua perspectiva.

Os clérigos afegãos anunciaram que eram favoráveis à deflagração da *jihad* (interpretado por Guerra Santa), caso os EUA ocupassem o Afeganistão. A declaração assinada pelos Ulemás alertava que, “se os infiéis invadirem um país islâmico e este país não puder se defender sozinho, torna-se clara a necessidade de uma *jihad* envolvendo todo o mundo muçulmano”²⁸. Concomitante a tais asseverações, o Paquistão eclodiu em protestos antiamericanos, em apoio à resolução dos Ulemás afegãos, que não obrigava Osama Bin Laden a se retirar do país. Nessa conjuntura, trinta e cinco partidos

²⁵*Deliver to United States authorities all the leaders of al Qaeda who hide in your land. Release all foreign nationals, including American citizens, you have unjustly imprisoned. Protect foreign journalists, diplomats and aid workers in your country. Close immediately and permanently every terrorist training camp in Afghanistan, and hand over every terrorist, and every person in their support structure, to appropriate authorities. Give the United States full access to terrorist training camps, so we can make sure they are no longer operating.*

²⁶Disponível em: *Jornal do Brasil*, 21 de setembro de 2001, p. 3. Acessado em 23 de agosto de 2014.

²⁷Disponível em: *Jornal do Brasil*, 21 de setembro de 2001, p. 4. Acessado em 23 de agosto de 2014.

²⁸Idem. Acessado em 23 de agosto de 2014.

paquistaneses convocaram uma greve nacional, reprovando a possível invasão norte-americana no Afeganistão²⁹.

Dois dias após as exigências feitas por Bush ao governo afegão, representantes talibãs se pronunciaram acerca da possível ofensiva norte-americana ao país e foram contundentes ao afirmar que nada tinha sido alterado com relação ao líder da Al Qaeda, pois não havia evidências suficientes para incriminá-lo. Além da postura de resistência frente ao Estado americano, os talibãs precisaram encarar a coalizão interna, Aliança do Norte, que lançou relevantes ofensivas a zonas estratégicas do governo. Na ocasião, o Jornal do Brasil relatou o que estava ocorrendo.

A Aliança do Norte – coalizão de resistência ao regime talibã que se mantém no nordeste do Afeganistão – anunciou ontem ter realizado uma grande investida, capturando vários postos militares e dezenas de vilarejos, numa ação que, segundo o porta-voz do grupo, teria matado cerca de 180 homens do governo e capturado outros 80³⁰.

Essas acometidas foram oficialmente apoiadas pelos EUA, por meio do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, que considerava, inclusive, solicitar ajuda dos opositores nas operações de combate ao terrorismo no território afegão, relação que foi confirmada pelo porta-voz dos opositores, Harun Amin: “Estamos falando com diversas pessoas do governo americano. Os encontros têm sido muito produtivos e crescentes. Estamos em contato diariamente”³¹. Amin ainda informou que seu grupo ofereceu “30 mil homens para participarem dos possíveis ataques liderados pelos Estados Unidos e informações de inteligência e espionagem sobre Osama Bin Laden”³². O apoio aos Estados Unidos não se restringiu à Aliança do Norte. Na Bélgica, a cúpula da União Europeia ratificou que a retaliação dos EUA era justificada por lei: “Expressamos nossa total solidariedade ao povo americano. Baseado no artigo 1368 do Conselho de Segurança, a resposta americana é legítima”³³. O porta-voz da entidade, Guy Verhofstadt, destacou a importância de uma

²⁹Disponível em: Jornal do Brasil, 21 de setembro de 2001, p. 4. Acessado em 23 de agosto de 2014.

³⁰Disponível em: Jornal do Brasil, 22 de setembro de 2001, p. 3. Acessado em 24 de agosto de 2014.

³¹Disponível em: Jornal do Brasil, 22 de setembro de 2001, p. 3. Acessado em 24 de agosto de 2014.

³²Idem. Acessado em 24 de agosto de 2014.

³³Disponível em: Jornal do Brasil, 22 de setembro de 2001, p. 4. Acessado em 24 de agosto de 2014.

coalizão global contra o terrorismo encabeçada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Já o presidente da Rússia, Vladimir Putin, reivindicou o papel que a ONU deveria desempenhar nessa situação: “Foi reforçado que é vital para estes fins utilizar todos os mecanismos internacionais e, acima de tudo, a ONU e seu Conselho de Segurança”³⁴. A posição de Putin refletiu a situação da Rússia nesse cenário, que se encontrava inevitavelmente enredada nos embates eclodidos no seio da Ásia Central, antigo território soviético, com apenas duas opções: cooperar com a incursão americana ao Afeganistão pela região fronteiriça do Uzbequistão e conservar suas tropas no Tajiquistão, ou se posicionar contra a ofensiva e demandar um gasto militar que a Rússia não conseguiria arcar, uma vez que já combatia islâmicos radicais na Chechênia. A decisão do Kremlin era difícil e, talvez por isso, salientou a importância da ONU nos conflitos aconteciam no seu quintal³⁵.

O secretário-geral da ONU, Koffi Annan, em matéria para o jornal americano *The New York Times*, traduzido pelo Jornal do Brasil, salientou o caráter global do terrorismo e demonstrou apoio às decisões tomadas pela Casa Branca, evidenciando o alinhamento da ONU aos interesses do governo estadunidense. Nas palavras de Annan,

os terroristas que atacaram os Estados Unidos no dia 11 de setembro visaram uma nação, mas feriram o mundo inteiro. [...] Este foi um ataque a toda a humanidade, e toda a humanidade tem interesse em derrotar as forças que estão por trás dessa agressão. [...] Ninguém também deve pôr em dúvida a decisão internacional de combater o terrorismo pelo tempo que for necessário. Até agora, a resposta global mais eloquente aos ataques [...] foi o compromisso de estados de todas as crenças e regiões a agir firmemente contra o terrorismo. A comunidade internacional é definida não só pelo que apoia, mas também pelas coisas e pessoas que combate. As Nações Unidas precisam ter coragem para reconhecer que, assim como há objetivos comuns, há inimigos comuns³⁶.

Nessa conjuntura de guerra iminente, o governo norte-americano direcionou tropas para o revide ao Afeganistão, encarado pela versão oficial como esconderijo dos terroristas responsáveis pelos ataques. Essa mobilização ocorreu, principalmente, via Uzbequistão

³⁴Idem. Acessado em 24 de agosto de 2014.

³⁵Disponível em: Jornal do Brasil, 22 de setembro de 2001, p. 7. Acessado em 24 de agosto de 2014.

³⁶Disponível em: Jornal do Brasil, 22 de setembro de 2001, p. 4. Acessado em 24 de agosto de 2014.

após a Rússia ceder à autonomia das ex-repúblicas soviéticas nos assuntos que envolvessem os EUA e a ofensiva ao território afegão. Com aprovação do Kremlin, o diálogo entre Bush e o presidente uzbeque, Islam Karimov, se estreitou, haja vista o Uzbequistão ser considerado pelo Estado americano como principal base de apoio às incursões militares, sobretudo pela sua posição estratégica.

O contexto anterior à invasão não foi silencioso, mas marcado por consolidações de alianças entre diversos governos e os EUA. Dias antes da invasão, o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, foi até o Oriente Médio e Ásia Central e formou acordos diplomáticos com países como Arábia Saudita, Turquia, Egito e Uzbequistão. Segundo informações do periódico *Jornal do Brasil*³⁷, assim que retornou da missão diplomática, Rumsfeld se reuniu com o presidente George Bush e o Conselho de Segurança Nacional, assegurando a viabilidade dos ataques, uma vez que países importantes da região deram total apoio aos EUA. Turquia e Arábia Saudita, além do Paquistão, liberaram seus espaços aéreos para tráfego de aviões militares estadunidenses, enquanto o governo uzbeque viabilizou uma base de apoio às tropas invasoras em seu território.

As ações diplomáticas partiram não apenas do Departamento de Defesa. Ainda de acordo com o *Jornal do Brasil*, Colin Powell, secretário de Estado, também angariou adesões à incursão iminente, tais como, México, Tajiquistão, Geórgia, Kazaquistão, Ucrânia, Bahrain, Turcmênia e Japão. Além desses Estados, juntaram-se à lista Israel, Brasil, Canadá, Itália, França, Alemanha, China e, até mesmo, Rússia. Soma-se a estes governos o apoio da ONU e da União Europeia.

O estopim desse embate se deu em 06 de outubro de 2001, quando Bush rejeitou a proposta talibã de libertar oito estrangeiros mantidos como reféns, caso os EUA retirassem as ameaças contra o Afeganistão. Não havendo sucesso nas negociações, o governo Talibã movimentou mais de oito mil combatentes para a fronteira com o território uzbeque e aumentou as defesas nas proximidades de Cabul, pois o ataque dos EUA era iminente.

O cerco ao Talibã estava montado no dia 7 de outubro de 2001; alianças formadas, tropas posicionadas e preparadas para a incursão militar em busca dos supostos terroristas

³⁷Disponível em: *Jornal do Brasil*, 08 de outubro de 2001, p. 5. Acessado em 03 de setembro de 2014.

e em retaliação ao regime. Na sequência dos fatos, o governo afegão, temendo represalias após discurso de Bush, no qual exigiu um conjunto de medidas imediatas contra Bin Laden, fechou seu espaço aéreo e posicionou aviões de defesa. Como resposta, os EUA puseram suas forças militares no Mar da Arábia em alerta máximo, ordenando o envio de mais de 100 aviões militares, navios e submarinos à região do Golfo Pérsico, além de centenas de soldados que se organizaram, sobretudo na região limítrofe entre Uzbequistão/Afeganistão.

Ante a ocupação, Bush (2001, p. 75) salientou em pronunciamento que os ataques foram apoiados grandemente pelos países ao redor do mundo.

Nos unimos nesta operação com nosso amigo leal, Grã-Bretanha. Outros amigos íntimos, incluindo Canadá, Austrália, Alemanha e França prometeram forças no desenvolvimento das operações. Mais de 40 países no Oriente Médio, África, Europa e em toda a Ásia concederam trânsito aéreo ou direitos de aterragem. Muitos mais compartilharam inteligência. Somos apoiados pela vontade coletiva do mundo³⁸ (tradução nossa).

Diante dessa ofensiva consentida globalmente, a queda do poder estabelecido pelos Talibãs foi um fato anunciado. A justificativa para as investidas ao solo afegão estava estruturada na polarização maniqueísta construída nas semanas anteriores: levar liberdade a um povo oprimido por mãos de “bárbaros criminosos”. Nas palavras do então presidente, sob suas ordens,

as forças americanas iniciaram ataques contra campos de terroristas da Al Qaeda e contra as instalações do regime talibã do Afeganistão. [...] O povo oprimido do Afeganistão conhecerá a generosidade dos EUA e de seus aliados. Enquanto atacamos alvos militares, estamos também lançando comida, remédios e outros suprimentos para homens, mulheres e crianças, famintos e em sofrimento, no Afeganistão. Os Estados Unidos são amigos do povo afegão. [...] Os Estados Unidos são inimigos daqueles que ajudam terroristas e bárbaros criminosos³⁹ (BUSH, 2001, p. 75, tradução nossa).

³⁸We are joined in this operation by our staunch friend, Great Britain. Other close friends, including Canada, Australia, Germany and France, have pledged forces as the operation unfolds. More than 40 countries in the Middle East, Africa, Europe and across Asia have granted air transit or landing rights. Many more have shared intelligence. We are supported by the collective will of the world.

³⁹The United States military has begun strikes against al Qaeda terrorist training camps and military installations of the Taliban regime in Afghanistan. [...] the oppressed people of Afghanistan will know the generosity of America and our allies. As we strike military targets, we'll also drop food, medicine and supplies to the starving

A investida difundida por Bush serviu enquanto reafirmação da Guerra ao Terror e seu caráter polarizado, que ficou expressa, quando advertiu enfaticamente que “Cada nação tem uma escolha a fazer. Neste conflito, não há terreno neutro. Se qualquer governo patrocina os bandidos e assassinos de inocentes, eles se tornaram bandidos e assassinos”⁴⁰ (BUSH, 2001, p. 76, tradução nossa). O objetivo do presidente da potência Ocidental foi mostrar que, ao lutar contra o governo Talibã, estava não apenas eliminando os poderes centrais de um regime que abrigava membros da Al-Qaeda, mas combatendo o “desgoverno”, a “opressão”, o comércio de heroína e a brutalidade contra as mulheres, reafirmando o modelo “maligno” que geriu o território afegão. Seguindo essa lógica, o regime e a Al-Qaeda foram apontados como disseminadores do “mal” que transformou o Afeganistão em um espaço tenebroso.

Bush também foi taxativo, ao explicar que o território afegão, apesar de ser o cerne das atenções, naquele momento, era mais uma de tantas outras batalhas. Por isso, a partir daquela ocupação foi lançada a investida contraterrorista denominada “Operação Liberdade Duradoura”. Nas palavras do presidente, essa estratégia tinha por finalidade defender “não só as nossas preciosas liberdades, mas também as liberdades das pessoas em todos os lugares”⁴¹ (BUSH, 2001, p. 76, tradução nossa). Mais uma vez, Bush se valeu de justificativas oficiais para empreender seus intentos bélicos em partes do mundo supostamente atingidas pelos terroristas, ampliando o raio de ação do seu Estado.

Para além dos discursos proferidos pelo então presidente norte-americano e compartilhado por seus aliados, existiu o desígnio claro de domínio em uma das regiões mais estratégicas do planeta, uma investida minuciosamente arquitetada pelo *staff* de George Bush, pois parece pouco provável que os agentes dos EUA não soubessem que estavam incitando uma reação em massa do Islã, principalmente dos grupos radicais dissidentes, que passariam a ter Bin Laden e os talibãs como islâmicos libertadores, caso

and suffering men and women and children of Afghanistan. The United States of America is a friend to the Afghan people [...] The United States of America is an enemy of those who aid terrorists and of the barbaric criminals.

⁴⁰ “Every nation has a choice to make. In this conflict, there is no neutral ground. If any government sponsors the outlaws and killers of innocents, they have become outlaws and murderers, themselves”.

⁴¹ “We defend not only our precious freedoms, but also the freedom of people everywhere”.

invadissem o Afeganistão. Mas, talvez esse fosse o plano, sobretudo das indústrias bélicas e energéticas, a que Bush sempre esteve alinhado.

Conclusão

“O mundo sempre lembrará o 11 de setembro”⁴². Esta mensagem foi evocada por George Bush, no dia 11 dezembro de 2001, nela o então presidente pretendeu transmitir o nível de relevância do que houve em seu país. O simples fato de os ataques serem referidos até hoje como “o 11 de setembro”, demonstra, em nível mais básico, que a data já deixou uma marca na memória das pessoas de muitos países. Daí a importância de se entenderem seus desdobramentos. Para esta pesquisa, o momento de terror teve forte impacto, tanto no âmbito individual como nas sociedades em geral, principalmente por sua singularidade histórica, que opôs uma potência mundial a uma nação periférica do Oriente Médio.

A invasão do Afeganistão perdurou por mais de quinze anos. Desde o colapso das Torres Gêmeas e a destruição de parte do Pentágono, o Estado americano levou o mundo consigo em uma caçada aos principais suspeitos dos atentados nessa terra localizada no Oriente Médio. A partir do conflito que se seguiu ao dia 7 de outubro de 2001, os pronunciamentos do então Presidente George Bush reafirmaram os objetivos de uma das nações mais influentes do mundo em um território paupérrimo, mas de importância estratégica nas rotas de gás e papoula: desarticular os terroristas da Al-Qaeda e prender seu líder, Osama Bin Laden; punir o governo Talibã; e instaurar a democracia segundo os moldes estadunidenses.

Desde esse fato marcante na história recente, os EUA investiram mais de 100 bilhões de dólares⁴³ em uma guerra que parece não ter fim. Além dessas cifras alarmantes, o Estado americano teve mais de 2 mil baixas em suas fileiras do Exército e foi direta ou indiretamente responsável por mais de 200 mil mortes e 2.6 milhões de refugiados afegãos pelo mundo. O controverso Governo de Unidade Nacional afegão tornou-se títere político-

⁴² “The world will Always remember September 11”.

⁴³Todas as cifras citadas nesse parágrafo são do site: <https://www.thenation.com/article/what-the-us-military-still-doesnt-understand-about-afghanistan/> Acessado em: 03 de setembro de 2017.

econômico dos EUA e não consegue resolver o problema da imensa indústria ilegal de drogas, que movimenta bilhões de narcodólares por ano.

De acordo com o jornalista Douglas Wissing do site norte-americano *Político*⁴⁴, o Estado afegão está entre os mais corruptos do mundo, figurando em “9º no índice de fragilidade estatal, que estabelece quais estados são mais vulneráveis a conflitos ou colapso. O índice de Estado de Direito do Projeto Mundial para a Justiça classificou o Afeganistão como o 111º pior entre 113 países pesquisados”. Não é exagero afirmar que, à medida que o tempo passava, as forças afegã-americanas pareciam perder a guerra interna.

Soma-se a esse fato, a evidência de que, no decorrer da primeira década após a tragédia americana que justificou a ocupação no Afeganistão, o terrorismo ganhou terreno e se ramificou em uma rede global cada vez mais multiforme e agressiva. Em contraposição, sob a ótica da “Liberdade Duradoura”, uma das principais operações no Oriente Médio pós-11 de setembro, bem como a “Guerra ao Terror”, os massacres e ocultações diárias das tropas dos EUA foram justificadas pela desarticulação de grupos radicais islâmicos e pela implantação de um governo democrático. Contudo, exportar para esse Estado tais objetivos, sob a mira de bombas e metralhadoras, talvez não tenha sido a melhor das estratégias. Além de desestabilizar a máquina estatal do Afeganistão, os agentes da Casa Branca tornaram-se verdadeiros “esquadrões da morte”.

Situações como essas respaldam a análise que defende o fracasso dos EUA no Afeganistão. Permite avaliar que, além de destruírem as estruturas de um país, justificados pela Guerra ao Terror, as tropas ocidentais, lideradas pelos norte-americanos, se tornaram uma arma de extermínio, que continua a fazer vítimas até hoje. O momento para os Estados Unidos retirarem suas tropas pode ser agora. Mas se deve perguntar o que fazer depois. É o que avalia o analista internacional Thassio Borges, “As consequências das guerras para o Iraque e Afeganistão foram terríveis. A intervenção “desastrosa” dos EUA na região

⁴⁴ Disponível em <http://www.politico.com/story/2012/03/afghan-wars-exit-strategy-074187>. Acessado em 04 de setembro de 2017.

transformou o país em “uma cratera a céu aberto”. Mesmo que os EUA retirem todas as suas tropas, como será possível acabar com a guerra civil?”⁴⁵.

Não basta a retirada completa das forças estadunidenses, é necessária a intervenção transparente e efetiva de órgãos diplomáticos, como a ONU cujo objetivo é entender e executar formas de mediar os conflitos pelo mundo. Se assim for, deve-se inquirir o Estado americano sobre seus supostos crimes de guerra no Afeganistão. Além disso, será que ainda devemos acreditar na versão oficial dos EUA: levar a paz tendo a guerra como aliada? Há memórias mascaradas pelos efusivos discursos dos seus presidentes.

Além disso, a Guerra ao Terror, difundida por George W. Bush, como reação aos ataques, ampliou a ameaça terrorista a inúmeros espaços do globo. Desde então, o medo transmitido pelo novo inimigo, formatado segundo os ditames da Inteligência estadunidense (CIA), tornou-se, simultaneamente, local e mundial. Cabe destacar que, durante os quase 15 anos posteriores aos atentados, viu-se o fenômeno se globalizar: assistiu-se às explosões de bombas nos metrô de Londres e Madrid. Acompanharam-se, via mídia, perseguições, destruições e mortes em igrejas cristãs na Nigéria pelo grupo fundamentalista, Boko Haram. Presenciou-se, nos dias atuais, a expansão de novos grupos denominados terroristas, como o Estado Islâmico (ISIS, sigla em inglês), que é conhecido pelas brutais execuções de reféns, tudo divulgado via internet. Testemunharam-se recentemente os ataques constantes na França, que deixaram dezenas de mortos e feridos. Podem-se citar outros tantos casos, que tiveram envolvimento de grupos caracterizados por terroristas, mas o que interessa é o ponto de convergência entre esses ataques: todos tiveram como fio condutor o extremismo islâmico. Para a versão oficial, a Guerra ao Terror se tornou sinônimo da guerra maniqueísta ao extremo oposto da “civilização cristã-ocidental”, o fundamentalismo islâmico.

Não se pode confiar na versão estadunidense, pois foram acusações pautadas na excepcionalidade do ato, por isso não houve requerimentos para maiores esclarecimentos.

⁴⁵ BORGES, Thassio. A consequência do 11/09, Guerra ao Terror trouxe prejuízos e foi mal explicada. <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/15087/consequencia+do+1109+guerra+ao+terror+trouxe+prejuizos+e+foi+mal+explicada.shtml>. Acessado em: 27 de março de 2017.

Desse viés, deve-se estar atento às explicações sumárias e polarizadas do presidente Bush e seus sucessores, que se tornaram rapidamente aceitas, como a erradicação do “Mal”, pela força bruta do vasto arsenal bélico que seu Estado detinha. Mais pesquisas devem ser realizadas no intuito de contrapor essa construção ideológica acerca da Guerra no Afeganistão como melhor estratégia de combate ao terrorismo.

Crê-se que uma das maiores potências do mundo fracassou na suposta luta contra o terrorismo, destruiu uma sociedade inteira e justificou seu ato a partir da memória oficial dos ataques em 11 de Setembro de 2001. Enquanto isso, a insurgência terrorista continua a se expandir e os gastos militares permanecem dispendiosos, enriquecendo os cofres dos industriais bélicos. Nosso mundo sente as consequências da crise que se instaurou nas relações entre os Estados e é relevante pensar sobre o tema proposto.

Referências

ANSARA, Soraia & DANTAS, Bruna. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. **Athenea Digital**, Vol. 15, Março de 2015. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/viewFile/292080/380584>. Acessado em: 07 de Abril de 2018.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BUSH, George Walker. **Selected Speeches of President George W. Bush (2001 – 2008)**. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acessado em: 06 de maio de 2018.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **Guerra e Globalização**. Trad. Ana Corbisier. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2ª ed.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. 2ª ed.. Lima: IEP, 2012.

GRAY, John. **Missa Negra**: religião apocalíptica e o fim das utopias. Trad.: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

OCHOA, Mauricio Menjívar. Los estudios sobre la memoria y los usos del pasado: perspectivas teóricas e metodológicas. In: **História e Memória**: perspectivas teóricas e metodológicas. Orgs. Mauricio Menjívar Ochoa, Ricardo Antonio Argueta, Edgar Solano Muñoz. Cuaderno de Ciencias Sociales, nº 135, 1º ed.. San José: FLACSO, Fevereiro de 2005.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acessado em: 03 de abril de 2018.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Trad: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, A. DE J. A. DOS. Memória discursiva e sentidos de intervenção militar no Brasil no Século XXI. **Cenas Educacionais**, v. 3, e8469, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/8469/5427>

Artigo recebido em: 1 de abril de 2020

Aprovado em: 23 de novembro de 2020

SOBRE OS AUTORES:

Felipe Eduardo Ferreira Marta é pós-doutor e líder do grupo de pesquisa "CORPORHIS: Corpo, história e cultura". É Professor Titular na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia atuando como docente no Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade. Também atua como docente no curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/Bahia). Tem experiência na área de História da Educação Física, Lazer e História, Corpo e História, História e Oralidade. É líder do grupo de pesquisa CORPOHIS: Corpo, História e Cultura.

Contato: fefmarta@gmail.com

ORCID: [0000-0002-0501-4298](https://orcid.org/0000-0002-0501-4298)

Ramon Trindade Pellegrini é mestre e Partícipe do grupo de pesquisa "CORPORHIS: Corpo, história e cultura". Atua como educador da rede privada e pública.

Contato: ramonpellegrini@gmail.com

ORCID: [0000-0003-0386-6355](https://orcid.org/0000-0003-0386-6355)